

# **Caminhos de rio, caminhos de terra e asfalto.**

Eliana Creado.

Cita:

Eliana Creado (2007). *Caminhos de rio, caminhos de terra e asfalto*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1051>

**ALAS 2007**  
**GT Medio Ambiente, Sociedad y Desarrollo Sustentable**  
**Coordenadores:**  
**Jorge Rojas (Universidad de Concepción - Chile)**  
**Juan Manuel Durán (Universidad de Guadalajara, México)**  
**Proposta a ser submetida**

**Trabalho: Caminhos de rio, caminhos de terra e asfalto**  
**Autora: Eliana S. J. Creado<sup>1</sup>**

**[versão submetida]**

## **Resumo**

Muito se discutiu a respeito dos efeitos da criação de unidades de conservação (UCs) restritivas à presença humana sobre aqueles que resistem à sua implementação e às suas políticas de gestão e manejo. O mesmo não ocorreu a respeito daqueles que optaram pela busca de novos lugares, geralmente mais urbanizados, e cederam à institucionalização desses espaços.

De certa forma, tal opção coloca desafios às expectativas dos ambientalistas engajados na defesa dos habitantes destes territórios, muitos dos quais empenhados em iniciativas voltadas ao projeto de desenvolvimento sustentável.

Assim, nossa proposta será a de discutir a trajetória de ex-moradores que deixaram os rios que foram englobados pelo Parque Nacional do Jaú (PARNA-Jaú), localizado no estado do Amazonas, Brasil, e que migraram para dois municípios principais: Barcelos, no médio rio Negro, e Novo Airão, no baixo rio Negro.

Algumas das questões que nos nortearão serão: (1) a mudança na condição de morada representou quais mudanças sócio-culturais?; (2) como esta migração coloca dilemas às propostas voltadas ao desenvolvimento sustentável?; (3) nesse sentido, existem diferenças entre aqueles que optaram por Novo Airão e os que optaram por Barcelos?

## **1. Introdução**

A unidade de conservação (UC) de proteção integral que escolhemos para estudo<sup>2</sup>, o Parque Nacional do Jaú (PARNA-Jaú), situa-se no estado do Amazonas, Brasil, a 200km de Manaus e engloba 2.272.000 hectares de terras pertencentes aos municípios de Novo Airão e Barcelos<sup>3</sup> (ver figura 1) (FVA/IBAMA, 1998).

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas (Estado de São Paulo, Brasil). E-mail: elijunq@uol.com.br .

<sup>2</sup> Pesquisa financiada pela FAPESP (processo nº 02/00126-0) que resultou em tese de doutorado (CREADO, 2006) e vinculou-se a projeto coordenado pela profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira: *Dimensões Humanas da Biodiversidade: conflitos em torno de áreas protegidas no Brasil*, financiado pela FAPESP (processo nº 01/07992-1) e pelo CNPq (processo nº 403058/2003-1).

<sup>3</sup> Realizamos diversas viagens de campo à região de estudo, algumas juntamente com a equipe de pesquisa da qual fizemos parte e outras individualmente. Foram elas: 1. uma viagem coletiva, realizada entre 7 e 21/08/2002, aos rios Jaú e Carabinani e ao município de Manaus; 2. uma viagem realizada entre 5 a 20/02/2004, primeiramente em equipe, ao rio Unini, e, posteriormente, sem a equipe, no município de Novo Airão; 3. uma viagem realizada solitariamente entre 17/11/2004 a 2/01/2005, aos municípios de Manaus e Novo Airão; 4. uma última viagem de campo feita a maior parte com a equipe de pesquisa, entre 20/07 a 30/08/2005, aos rios Unini e Jaú e aos municípios de Manaus e Barcelos.

Criado pelo decreto 85.200, em 24 de setembro de 1980, o parque abarcou praticamente toda a bacia hidrográfica do rio Jaú na sua área principal, um rio classificado como de águas pretas. Os seus limites principais estabelecidos pelo decreto foram: o rio Negro, a leste, do qual o rio Jaú é um afluente da margem esquerda; ao norte, a margem direita de parte do rio Unini, e, a partir da confluência com o Paunini, a margem direita deste; e, ao sul, a margem esquerda do rio Carabinani, um afluente do rio Jaú que deságua próximo à sua foz (FVA/IBAMA, 1998).

O órgão gestor do parque foi, a princípio, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)<sup>4</sup>, autarquia federal que colocou sua base flutuante na foz do rio Jaú e iniciou sua atuação na área meses depois do decreto, embora o Plano de Manejo registre que “as medidas institucionais de consolidação” do parque tenham sido iniciadas apenas em 1985, quando o IBDF contactou o Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM) para efetuar um levantamento fundiário e um cadastramento dos residentes (FVA/IBAMA, 1998: 7).

Com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, através da lei 7.735, o IBDF foi substituído pela autarquia recém-criada, formada através da fusão do IBDF com outros órgãos governamentais<sup>5</sup> (BRITO, 2000; SANTILLI, 2005).

No começo da década de 1990, a organização não governamental (ONG) Fundação Vitória Amazônica (FVA), criada em 19 de janeiro de 1990, começou a sua atuação no PARNA-Jaú, por meio de um termo de cooperação técnica com o IBAMA, e começou a desenvolver diversos projetos no interior e no entorno do parque (FVA/IBAMA, 1998; FVA, 1999).

Dois municípios tiveram parte de suas terras englobadas pelo PARNA-Jaú: Novo Airão, no baixo rio Negro, e Barcelos, no médio rio Negro. Ambos foram destinos de parte considerável dos moradores que deixaram o interior ou o entorno do parque e são referências sócio-espaciais marcantes mesmo para os moradores remanescentes.

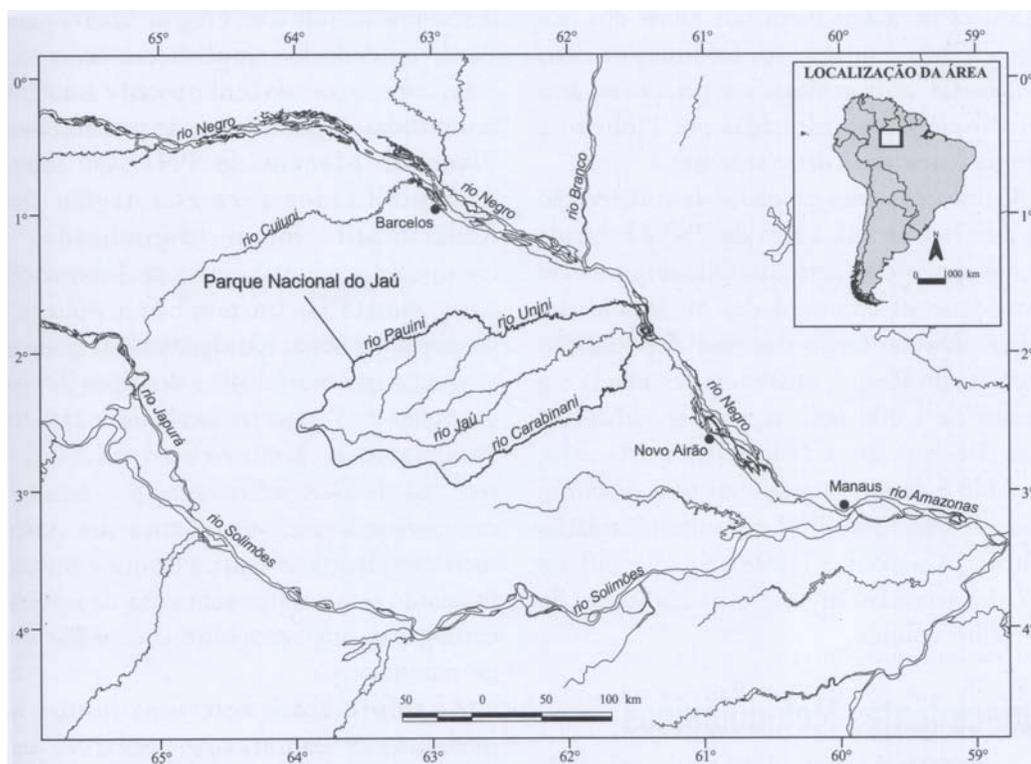
O objetivo deste texto é, portanto, pensar quais seriam os desafios que as escolhas de sair de áreas transformadas em espaços naturais protegidos e partir para sedes municipais e/ou suas proximidades colocam à questão da sustentabilidade, pensada de modo amplo. Entendemos a sustentabilidade como Hogan e colaboradores (2000), como o respeito às gerações futuras e a

---

<sup>4</sup> Criado em 1967, pelo decreto-lei 289 (BRITO, 2000: 58).

<sup>5</sup> A saber: a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, e as Superintendências do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e do Desenvolvimento da Borracha (SEDHEVEA), vinculadas ao Ministério da Agricultura (BRITO, 2000; SANTILLI, 2005).

busca de equidade social<sup>6</sup>. Também refletiremos sobre a sustentabilidade, com o pressuposto de que carrega consigo muito da normatividade dos ambientalistas, isto é, estes quase-sujeitos, quase-objetos formam universo(s) de reconhecimento, mais até do que universo(s) de conhecimento, embora se retroalimentem no meio técnico-científico-informacional (LATOUR, 2000; AUGÉ, 1999; CREADO *et al.*, 2006; WEST, 1991; SANTOS, 1998; HARAWAY, 2000).



**Figura 1.** Reprodução de mapa com a localização do PARNA-Jaú no estado do Amazonas, com os principais rios. Fonte: Borges e colaboradores (2004: 5).

Preocupamo-nos com a sobrevivência do ecossistema de águas pretas, considerado pelos estudiosos como repleto de endemismos, cujos limites não se restringem ao parque abordado nem se encontram à parte do resto do bioma amazônico (MORAN, 1993; FVA/IBAMA, 1998). Consideraremos os coletivos de natureza e cultura do qual fazem parte os moradores e ex-moradores do parque e de seu entorno imediato, sopesando as conexões entre urbano e

---

<sup>6</sup> Em acordo com a proposta da Comissão Brundtland, de 1987 (HOGAN *et al.*, 2000: 405). Reid (1995: xiv) diferenciou os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. O primeiro referir-se-ia ao processo de desenvolvimento em um modo sustentável e também ao objetivo desse processo, e o segundo, ao conceito de desenvolvimento sustentável e, mais vagamente, ao uso sustentável de recursos, não necessariamente o mesmo do desenvolvimento sustentável. Diversamente de Reid, preferimos a maior generalidade do termo sustentabilidade, mas utilizaremos os dois termos de modo livre no corpo do texto.

rural (FERREIRA et al, 2007; CREADO, 2006; HOGAN, 2001; LATOUR, 2000a; HARAWAY, 2000).

A situação dos ex-moradores que se destinaram a Novo Airão possui algumas especificidades interessantes do ponto de vista dos nossos objetivos em relação à situação dos que se estabeleceram em Barcelos. O que nos permitirá detalhá-la em maior minúcia ao longo do texto. Apesar do recorte metodológico, a situação dos que migraram para Barcelos servirá como contraponto fundamental às nossas análises.

No geral, Novo Airão pode ser considerado como mais intensamente afetado pela expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1998). Enquanto a criação do PARNA-Jaú pode ser abarcada como parte da expansão de uma fronteira “tecno(eco)lógica” (BECKER, 1990), na forma de unidades de conservação (UCs), onde ocorreu a sobreposição de um território federal sobre um território estadual.

Nesse sentido, algumas de tais especificidades são: (1) o maior grau de mobilização política, correlacionada diretamente ao PARNA-Jaú e que alcançou a arena jurídica, com a demanda de regularização fundiária do parque; (2) o intenso volume de migração de moradores da parte central do parque, formada pelos rios Jaú, Carabinani e Pauini, para o município, em cujas narrativas o abandono dos antigos sítios liga-se estreitamente ao advento do PARNA-Jaú, à sua institucionalização e às políticas sócio-ambientais correlatas; e, (3) de modo geral, um grau maior de institucionalização da questão ambiental, com intensa sujeição da população ao monitoramento, à fiscalização e ao controle ambientais (BARRETTO F °, 2001; CREADO, 2006; FERREIRA *et al.*, 2007).

De modo geral, as narrativas dos vários tipos de ex-moradores do parque interpretavam a emigração ligando-a ao declínio de atividades agroextrativistas, como o da exploração de látex e de recursos faunísticos, interpenetrando-as com a criação do PARNA-Jaú e a implementação de políticas ambientais mais restritivas. Porém, com diferentes gradações: junto aos ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani que migraram para Novo Airão, isso se verificou de modo sobremaneira intenso; apareceu, em menor gradação, junto aos moradores do rio Unini e do rio Preto que migraram para Novo Airão; e foi mais tênue ainda junto aos ex-moradores do rio Unini e do rio Preto que migraram para Barcelos. Especialmente no caso dos ex-moradores das altas partes do rio Unini, originários da comunidade São Lázaro ou imediações, o estabelecimento de empreendimentos voltados ao turismo de pesca sobrepôs-se à questão do

pertencimento do rio a UCs, como motivação à mudança (MENDES *et al.*, 2006; CREADO, 2006).

Outra observação a ser feita é que o período de institucionalização sócio-ambiental da região ao norte do parque, incluindo seu interior e seu entorno imediato, é mais recente do que a da parte central, que remonta à década de 1980. Algo que não deixa de ter efeitos sobre as interpretações das saídas, instituídas discursiva e historicamente, como a própria construção identitária (SCOTT, 1999).

Assim, a pactuação de um Acordo de Pesca no rio Unini, fechado em abril de 2004, e a formação da Reserva Extrativista do rio Unini (RESEX-Unini), aprovada em junho de 2006<sup>7</sup>, poderá trazer novos elementos às narrativas da emigração dos que deixaram ou deixarão o limite setentrional do PARNA-Jaú, politizando-as em termos ambientais. De modo que o estabelecimento em Barcelos possa assumir futuramente as características de um evento crítico (DAS, 1999), à semelhança do que representou a criação e a consolidação do parque para os moradores remanescentes e os ex-moradores da parte central (CREADO, 2006).

Uma observação complementar deve ser feita aqui, pois apesar de falarmos, para fins didáticos, em moradores e ex-moradores, eles não formam polaridades descontínuas. O fenômeno de dupla moradia, sobretudo em Novo Airão, intrinca as categorias de alteridade interna dos coletivos considerados. Assim, há indivíduos que possuem uma casa na sede municipal ou nas imediações dos municípios e, simultaneamente, no interior ou entorno do parque. Mesmo dentre os ex-moradores, há os que possuem residência na sede municipal e outra nas imediações, em uma lógica na qual estabelecem certa continuidade com modos de ser e de fazer progressos (KIRSCH, 2001).

A dupla moradia seria dificilmente verificável através do uso exclusivo de dados demográficos quantitativos, que também utilizaremos aqui, embora nossa pesquisa tenha um caráter predominantemente qualitativo. Procuramos, dessa maneira, “cruzar abordagens processuais com descrições densas” (FERREIRA, 2002: 5), sem tomar a metodologia como um conjunto estrito e pré-determinado de regras, e sim como princípios básicos cuja aplicação adequa-se ao objeto de estudo e às dificuldades da pesquisa de campo (H. BECKER, 1994).

---

<sup>7</sup> Para maiores detalhes sobre o Acordo de Pesca do rio Unini e a formação da RESEX do rio Unini, consultar as análises de: Campos (2004 e 2006); Creado (2004b e 2006); Mendes e colaboradores (2006) e Ferreira e colaboradores (2006 e 2007).

Essa associação justifica-se pela melhor contextualização da migração e da mobilidade espacial de moradores e ex-moradores do PARNA-Jaú no fenômeno mais geral da urbanização crescente do Brasil e da Amazônia brasileira<sup>8</sup>.

A urbanização é relevante para se pensar as propostas e as iniciativas correntes de desenvolvimento sustentável pensadas para a Amazônia, principalmente porque costumam centrar-se em experiências de pequena escala com um viés rural excessivo (RODRIGUES *et al.*, 2003; B. BECKER, 2002). Assim, a Amazônia seria uma “incógnita para a ciência mundial”, em um cenário intrincado pela apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável pela classe política (B. BECKER, 2002: 55)<sup>9</sup>.

Para pensarmos a sustentabilidade é preciso, portanto, abandonar a dicotomia rural-urbano, e, no caso das UCs, é preciso considerar a escolha daqueles que optaram pela mudança para as sedes municipais. Opção que não tem recebido tanto a atenção em estudos voltados ao tema da presença humana em espaços destinados à conservação.

No que tange à região do baixo e médio rio Negro, a conservação de recursos naturais via UCs de proteção integral e o êxodo continuado de seus moradores (BARRETTO F<sup>o</sup>, 2001) permite alguns questionamentos: (1) o que afiança que a concentração humana em municípios seja mais sustentável ou garanta a manutenção da biodiversidade do ecossistema de águas pretas?; (2) mesmo se supormos que a extração dos recursos do PARNA-Jaú e de outras UCs da região seja extinta ou minimizada, será que o uso turístico ou científico das mesmas é mais sustentável do que a presença de moradores?

A observação de Hogan (2001: 217) de que “onde as pessoas moram, trabalham e se divertem sempre haverá um impacto sobre os meios naturais – e vice-versa” (HOGAN, 2001: 217) vislumbra a possibilidade de uma resposta negativa a ambas questões. Assim, a mobilidade espacial, um fenômeno característico do mundo contemporâneo, quando voltada ou não o para o turismo, não deixa de ter efeitos e impactos sobre os recursos naturais (HOGAN, 2001; AUGÉ, 1999 e 2003; WEST & BRECHIN, 1991).

---

<sup>8</sup> Apesar da cautela fazer-se necessária no uso de informações estatísticas em universos populacionais pequenos como os representados pelos municípios de Novo Airão e Barcelos. Agradecemos ao prof. Dr. Daniel Hogan por essa observação.

<sup>9</sup> Nesse sentido, Becker problematizou as seguintes vertentes de desenvolvimento sustentável: (1) a centrada na participação de comunidades locais, pelo seu viés rural (BARROW, 1990 *apud* BECKER, 2002); (2) as calcadas na venda de “bens e serviços” da floresta, pela baixa sustentabilidade econômica e social de algumas atividades extrativistas (HOMMA, 1989 *apud* BECKER, 2002); (3) e a ecodesenvolvimentista, que propõe o uso da biomassa (SACHS, 1989 *apud* BECKER, 2002), pela alta vulnerabilidade de ecossistemas simplificados (BECKER, 2002: 53-55).

Por conseguinte, nada assegura que, a priori, o uso turístico de espaços como o PARNA-Jaú, um dos objetivos da categoria de manejo parque e uma das alternativas sócio-econômicas colocadas pelo conservacionismo para o uso de espaços protegidos sem moradores<sup>10</sup>, seja garantia de sustentabilidade. Fato já comprovado por estudos da área de turismo (KRIPPENDORF, 2001; WEARING & NEIL, 1999; BRECHIN *et al.*, 1991; BUNTING *et al.*, 1991; CREADO, 2004).

A ênfase das políticas de conservação na forma de UCs acabam por recair sobre as ameaças locais à manutenção da biodiversidade, desprezando causas geradas por processos sociais de nível macro, como fatores demográficos, econômicos, político-institucionais e culturais, e causas intermediárias, como as ambientais, as biofísicas e os eventos sociais trágicos (SYNDENSTRICKER-NETO, 2002)<sup>11</sup>. No caso das UCs de proteção integral, isso se dá sobre os usos diretos de recursos naturais, isto é, “aquele[s] que envolve[m] coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais” (artigo 2o., inciso X, BRASIL, 2000)<sup>12</sup>.

## 2. Caracterização geral de Novo Airão e Barcelos

Do ponto de vista sócio-econômico, Barcelos prima pelas atividades extrativistas e é entreposto comercial entre o alto rio Negro e a capital do estado, Manaus (ADRIÃO, 1991); Novo Airão, por sua vez, prima pelas atividades agrícolas, a construção naval e o extrativismo (FVA/IBAMA, 1998: 66). Acrescentamos, também, o notório crescimento do turismo na região do baixo e médio rio Negro.

Um indício<sup>13</sup> é a existência do Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR), coordenado pela Secretaria da Amazônia, ligada ao Ministério do

---

<sup>10</sup> Assim como a alternativa de se empregar alguns dos afetados pelo estabelecimento de UCs em atividades destas, como modo de minimizar seus impactos. Sobre uma postura que coloca tais alternativas, consultar, por exemplo, vários dos textos da coletânea de Terborgh e colaboradores (2002).

<sup>11</sup> Syndenstricker-Neto (2002) fez uma síntese a partir de Kaymowitz & Angelsen (1999) e Gest & Lambin (2001), para analisar as causas do desmatamento das florestas tropicais.

<sup>12</sup> Os usos diretos são contrapostos aos usos indiretos pela legislação brasileira voltada às UCs (BRASIL, 2000). Os usos diretos seriam permitidos nas categorias de manejo de UCs voltadas ao desenvolvimento sustentável e os indiretos, nas voltadas à proteção integral (BRASIL, 2000). Seriam usos indiretos “aquele[s] que não envolve[m] consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, artigo 2, parágrafos IX e X). Uma dicotomia questionável, pois não dá conta da questão da escala (cf. BARRETTO F °, 2001; WEST & BRECHIN, 1991; CREADO, 2004; KRIPPENDORF, 2001).

<sup>13</sup> Uma análise horizontal, como a proposta aqui, seria infundável se assumíssemos uma postura nos moldes do “individualismo possessivo” (MACPHERSON, 1977 *apud* CERQUEIRA FILHO & NEDER, 1997: 22). Razão pela qual visamos captar e esboçar alguns indícios de vários dos processos sociais em curso na região abordada, relevantes para se refletir sobre o desenvolvimento sustentável.

Meio Ambiente (MMA). Um dos seus objetivos é o de viabilizar o desenvolvimento sustentável com a implantação “correta” do turismo na região<sup>14</sup>. Em agosto de 2004, o programa inaugurou cinco Centros de Atendimento ao Turista (CATs) em municípios do rio Negro: Iranduba, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Barcelos e Manacapuru.

Pelo observado, porém, o turismo em Novo Airão é mais intenso do que em Barcelos, favorecido pelo acesso terrestre entre o município e Manaus, além do acesso fluvial. Existe um turismo de natureza, para o qual afluem indivíduos originários do Brasil e do exterior, bem como o turismo de finais de semana, cujo afluxo é mais regional.

Em Barcelos, o turismo principal também é o de natureza, mormente o de pesca desportiva e recreativa, cujos usuários muitas vezes nem chegam a acessar a sede municipal e a travar contato com a população local, em função do acesso aéreo aos acampamentos e hotéis de pesca<sup>15</sup>. Existe, também, o turismo regional, principalmente na época da vazante, em função das praias que surgem no rio Negro.

Em Novo Airão, a existência de iniciativas com o intuito de coadunar conservação e desenvolvimento sócio-econômico é mais notória, em sinergia ao maior grau de institucionalização da questão ambiental. É preciso destacar que o município possui terras abarcadas pelo PARNA-Jaú, pela Estação Ecológica de Anavilhanas (ESEC-Anavilhanas) (BARRETTO F °, 2001), pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (REDES-Amanã)<sup>16</sup>, pelo Parque Estadual do rio Negro (setor Norte)<sup>17</sup>, pelas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Margem Direita e Margem Esquerda do rio Negro<sup>18</sup>, e por uma área indígena. Segundo o folder do projeto FIBRARTE, da FVA, 80% da área de Novo Airão está englobada por áreas naturais protegidas.

---

<sup>14</sup> Fonte: notícia veiculada na Rede Ecoturismo (<http://br.groups.yahoo.com/group/ecoturismo-br>), em 10/09/2004, que apontava como sua fonte original o Portal Ambiente Brasil (<http://www.ambientebrasil.com.br>). A palavra entre aspas constava na notícia.

<sup>15</sup> No caso do rio Unini, por exemplo, o deslocamento aéreo freqüentemente seguia direto às bases de pesca, a partir de Manaus, sem precisar passar pela sede municipal de Barcelos (CREADO, 2006).

<sup>16</sup> Criada pelo decreto estadual 19.021, em 04/08/1998, com uma área aproximada de 2.313.000 ha. Abarca terras dos municípios de Barcelos, Novo Airão, Codajás, Coari e Maraã (Fonte: <http://www.ipaam.br/areas.html>, acessado em: 23/07/04).

<sup>17</sup> Criado pelo decreto estadual 16.497, em 02/04/95, com área aproximada de 178.620 ha. Engloba terras pertencentes ao município de Novo Airão (Fonte: <http://www.ipaam.br/areas.html>, acessado em: 23/07/04).

<sup>18</sup> A APA Margem esquerda do rio Negro foi criada pelo decreto estadual 16.498, de 02/01/95, com a área aproximada de 554.334 ha, em terras dos municípios de Manaus, Presidente Figueiredo e Novo Airão. Já a APA Margem direita do rio Negro foi criada pelo decreto estadual de mesmo número, mas com data de 02/04/95, contém aproximadamente 554.334 ha e compreende terras dos municípios de Novo Airão, Iranduba e Manacapuru (Fonte: <http://www.ipaam.br/areas.html>, acessado em: 23/07/04).

Por outro lado, Barcelos possui menores porções do seu território em UCs de proteção integral, no caso, somente o PARNA-Jaú e o Parque Estadual Serra do Aracá<sup>19</sup>.

Paralelos entre a situação de Novo Airão e de algumas cidades do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, podem ser estabelecidos (HOGAN *et. al.* 2000). Em ambos, existem discursos locais que associam o não desenvolvimento econômico à presença de UCs de proteção integral, o que, no baixo e no médio rio Negro, agravar-se-ia por restrições mais gerais, como algumas que afetam atividades pesqueiras<sup>20</sup>.

Uma versão desse discurso apareceu no depoimento de um vereador, então em seu quarto mandato<sup>21</sup>. Ele mesmo é proprietário de barco de pesca ornamental e comestível. Segundo ele, a pesca em Novo Airão seria dificultada pela proteção aos 85% da área municipal e inexisteriam alternativas de emprego aos postos perdidos na pesca.

Citamos duas iniciativas locais que visavam contornar um pouco dessa situação: (1) o projeto FIBRARTE, iniciado em 1994 com o apoio da FVA, que resultou na Associação de Artesãos de Novo Airão (AANA) em 1996<sup>22</sup>; e (2) a Fundação Almerinda Malaquias (FAM), voltada à formação de artesões, através do reaproveitamento de sobras de madeira de estaleiros do município. A FAM recebeu, em 1996, o reconhecimento da UNESCO, e, em fevereiro de 2003, viabilizava a formação de uma cooperativa de produtores locais<sup>23</sup>.

Em entrevista à autora<sup>24</sup>, o diretor-executivo da FAM descreveu que a escolha por Novo Airão para sediar a entidade deveu-se ao município operar como entreposto migratório entre partes mais internas do estado e a capital Manaus.

O depoimento converge com os dados populacionais de Novo Airão apresentados a seguir, juntamente com dados de Barcelos e Manaus, de modo a permitir uma melhor caracterização da demografia regional:

**Tabela 1.** Crescimento populacional em Novo Airão, Barcelos, Manaus, no estado do Amazonas e no Brasil, nos períodos 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000, em valores absolutos e percentuais:

Localidades	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Novo Airão	-2.405 -39,58%	10.352 282%	-4.373 -31,18%

<sup>19</sup> Criado pelo decreto 12.836, de 09/03/1990. Está totalmente incluso em terras do município de Barcelos, com aproximadamente 1.818.700 ha (Fonte: <http://www.ipaam.br/areas.html>, acessado em: 23/07/04).

<sup>20</sup> Como o decreto estadual número 22.304, de 20/11/2001, que restringiu a pesca comercial em parte do rio Negro (CAMPOS, 2006; CREADO, 2006; FERREIRA *et al.*, 2007).

<sup>21</sup> Entrevista concedida à autora, em Novo Airão, em 18/02/03.

<sup>22</sup> Fonte: entrevista de uma artesã à autora, em Novo Airão, em 17/02/03.

<sup>23</sup> Fontes: folder da FAM e seu diretor executivo, em entrevista à autora, em Novo Airão, em 19/02/03.

<sup>24</sup> Em Novo Airão, em 19/02/03.

Localidades	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Barcelos	-540 -5,61%	1.947 21,43%	13.162 119,28%
Manaus	321.761 103,25%	531.969 83,99%	428.358 36,76%
Estado do Amazonas	475.325 49,76%	699.715 48,92%	709.842 33,75%
Brasil	25.876.206 27,78%	27.814.423 23,37%	22.765.218 15,50%

**Fontes:** Elaboração da autora com informações dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 (sistema SIDRA, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>; acessado em: 02/07/03 e 08/05/06) e 2000 (disponível em: <http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/censo2000>; acessado em: 26/06/03 e 08/05/06).

**Tabela 2.** População urbana e rural de Novo Airão, Barcelos, Manaus, Amazonas e Brasil em 1970, 1980, 1991 e 2000<sup>25</sup>, valores absolutos e percentuais:

	1970			1980		
	População Urbana	População Rural	Total	População Urbana	População Rural	Total
<b>Novo Airão</b>	312 (5,13%)	5.765 (94,87%)	6.077 (100%)	1.188 (32,35%)	2.484 (67,55%)	3.672 (100%)
<b>Barcelos</b>	1.152 (11,97%)	8.479 (88,03%)	9.628 (100%)	2.012 (22,14%)	7.076 (77,86%)	9.088 (100%)
<b>Manaus</b>	SD	SD	311.622 (100%)	SD	SD	633.383 (100%)
<b>AM</b>	406.052 (42,51%)	549.151 (57,49%)	955.203 (100%)	856.716 (59,89%)	573.812 (40,11%)	1.430.528 (100%)
<b>Brasil</b>	52.097.260 (55,94%)	41.037.586 (44,06%)	93.134.846 (100%)	80.437.327 (67,59%)	38.573.725 (32,41%)	119.011.052 (100%)

Continuação...

	1991			2000		
	População Urbana	População Rural	Total	População Urbana	População Rural	Total
<b>Novo Airão</b>	5.980 (42,64%)	8.044 (57,36%)	14.024 (100%)	6.984 (72,37%)	2.667 (27,63%)	9.651 (100%)
<b>Barcelos</b>	4.018 (36,41%)	7.017 (63,59%)	11.035 (100%)	7.954 (32,87%)	16.243 (67,13%)	24.197 (100%)
<b>Manaus</b>	1.062.796 (91,20%)	102.556 (8,80%)	1.165.352 (100%)	1.475.368 (92,57%)	118.342 (7,43%)	1.593.710 (100%)
<b>AM</b>	1.502.754 (71,45%)	600.489 (28,55%)	2.103.243 (100%)	2.104.290 (74,80%)	708.795 (25,20%)	2.813.085 (100%)
<b>Brasil</b>	110.990.990 (75,59%)	35.834.485 (24,41%)	146.825.475 (100%)	137.755.550 (81,23%)	31.835.143 (18,77%)	169.590.693 (100%)

**Fontes:** Elaboração da autora com informações dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 (sistema SIDRA, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>; acessado em: 02/07/03 e 08/05/06) e 2000 (disponível em: <http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/censo2000>; acessado em: 26/06/03 e 08/05/06).

**SD: Sem dados.**

<sup>25</sup> Os dados populacionais de 1996 não foram utilizados por se tratar de contagem populacional e não censo, como os demais. Agradecemos ao prof. dr. Daniel Hogan pela informação.

Pelas tabelas 1 e 2, verificamos que Barcelos é mais atrativo do que Novo Airão, o seu crescimento populacional é mais estável, com poucos decréscimos tão intensos como os de Novo Airão, o que indica maior fragilidade da economia deste último município.

A tabela 1 merece especial atenção quanto ao crescimento populacional de Novo Airão entre os anos de 1980 e 1991, estimada em 282%, isto é 10.352 novos moradores. Um número maior do que o da população estimada para o município em 2000, de 9.651. O crescimento extraordinário permite supor que parte dos novos residentes não se estabeleceu definitivamente no município. Há de se considerar que, no mesmo período, deu-se a institucionalização do PARNA-Jaú, com o êxodo de parte de seus moradores, e o esvaziamento da ESEC-Anavilhanas (cf. BARRETTO F °, 2001: 350-394).

Esse cenário mais amplo, no qual se inter cruzam uma maior regulação no uso de recursos naturais, a implementação de UCs mais restritivas à presença humana e a ascensão da influência de empreendimentos voltados ao turismo de pesca na região, pode ser um dos fatores explicativos para a grande concentração urbana em Novo Airão, quando comparada com Barcelos (ver tabela 2).

**Tabela 3.** Densidades demográficas (número de habitantes por Km<sup>2</sup>) dos municípios de Novo Airão, Barcelos e Manaus, 2000:

Cidades/Estado	Hab/km <sup>2</sup>
Novo Airão	0,26
Barcelos	0,20
Manaus	123,24
Estado do Amazonas	1,79

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de informações do Censo Demográfico 2000 (sistema SIDRA, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>; acessado em: 02/07/03).

As densidades demográficas de Novo Airão e Barcelos não são muito destoantes, apesar de uma diferença significativa nas dimensões territoriais, respectivamente, 37.771,7 km<sup>2</sup> e 122.572,7 km<sup>2</sup><sup>26</sup>. A população do primeiro município concentra-se mais no núcleo urbano. Como o indicado na tabela 2, Novo Airão teve um aumento relativo da concentração da população no meio urbano e um grande decréscimo da população rural de 94,87%, em 1970, para 27,63%, em 2000. Barcelos, embora também tenha sofrido uma redução na população rural no mesmo período, ela foi bem mais suave: de 88,03%, em 1970, passou a 67,13%, em 2000.

---

<sup>26</sup> Dados do IBGE para o ano 2000 (Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acessado em: 08/05/06).

Voltando à questão da sustentabilidade, apresentamos alguns dados comparativos entre Barcelos e Novo Airão<sup>27</sup>:

**Tabela 4.** Comparação entre número de alfabetizados, domicílios particulares permanentes, infra-estrutura básica, empresas com CNPJ atuantes e postos de emprego dos municípios de Novo Airão e Barcelos, em valores absolutos e percentuais (dados de 1998 e 2000):

Características	Novo Airão	Barcelos
Pessoas residentes alfabetizadas com 10 anos ou mais, em 2000	5.666 58,71%	9.732 40,22%
Domicílios particulares permanentes, em 2000	1.882	3.974
Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário (rede geral de esgoto), em 2000	29 1,54%	83 2,09%
Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água (rede geral), em 2000	1.201 63,82%	1.352 34,02%
Matrículas no ensino fundamental, em 2000	3.482	3.121
Matrículas no ensino médio, em 2000	254	333
Estabelecimentos de ensino fundamental, em 2000	26	51
Estabelecimentos de ensino médio, em 2000	1	1
Nascidos vivos (registro no lugar), em 1998	685	375
Empresas com CNPJ atuantes, em 1998	79	30
Pessoal ocupado nas unidades locais (empresas com CNPJ), em 1998	120 0,49% dos residentes	138 1,43% dos residentes

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de IBGE, base de informações municipais – malha municipal digital 1997 (disponível em: [www.ibge.net/cidadesat](http://www.ibge.net/cidadesat), acessado em: 26/06/03); Censo demográfico 2000 (sistema SIDRA, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>, acessado em: 02/07/03).

Novo Airão possui melhores condições do que Barcelos no que se refere ao número de residentes alfabetizados, de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água ligado à rede geral e com coleta de lixo. Entretanto, de modo geral, ambos apresentam muitos problemas de infra-estrutura pública, e é preciso refletir sobre o impacto sócio-ambiental resultante da aglomeração humana desordenada, que, em Novo Airão, correlaciona-se fortemente com a presença de UCs (CREADO, 2006; CAMPOS, 2006; BARRETTO F °, 2001).

### 3. Novo Airão como novo local de moradia de ex-moradores do PARNA-Jaú

Como indicamos na introdução, os ex-moradores do PARNA-Jaú podem ser separados em tipos distintos, inclusive porque o êxodo do parque estende-se temporal e espacialmente (BARRETTO F °, 2001; PINHEIRO, 2003). Muitos se destinaram para municípios e áreas rurais não abordados pela pesquisa, mas atentaremos para as trajetórias de ex-moradores que

<sup>27</sup> Inspiramo-nos em Hogan e colaboradores (2000) na elaboração dessa tabela e das tabelas anteriores, mas quaisquer inadequações são de total e absoluta responsabilidade da autora.

se situaram em Novo Airão, com pelo menos uma residência em seu núcleo urbano, e na geração que vivenciou o abandono dos rios.

Ao todo, em Novo Airão, entrevistamos mais densamente membros de vinte e dois grupos domésticos<sup>28</sup>. Localizamos ainda, em porcentagem menor, nesse município, além dos ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, alguns ex-moradores provenientes dos rios Unini e afluentes, como o rio Preto.

Como antevisto na introdução, a dupla residência é um fenômeno marcante em Novo Airão entre a maioria dos ex-moradores. Dentre eles, os oriundos dos rios Jaú e Carabinani estão impossibilitados de acessar com regularidade e a seu bel prazer os seus antigos “lugares”, como é dito em âmbito local<sup>29</sup>, para a prática de atividades agroextrativistas, em decorrência do controle da mobilidade espacial feita pelo IBAMA, nos dois rios. Houve, inclusive, a condescendência e até o estímulo de políticos locais à ocupação de algumas áreas contíguas à sede municipal de Novo Airão pelos ex-moradores, muitos dos quais estabeleceram ali roçados de mandioca e outros cultivos<sup>30</sup>.

Podemos imaginar que, se o acesso à parte central do PARNA-Jaú não fosse tão controlada, teria havido uma maior continuidade no acesso às antigas áreas de uso, aos antigos “lugares”. À semelhança do que ocorreu em parte considerável dos casos dos ex-moradores do limite setentrional, que migraram para Novo Airão e Barcelos, a despeito da distância<sup>31</sup>.

Sigaud (1979) apontou a existência de uma *ideologia do ex-morador* para o caso que estudou<sup>32</sup>. Encontramos algo parecido em Novo Airão, conformando uma *ideologia de ex-moradores de UCs*, com algumas de suas categorias e modelos de pensamento estendendo-se à população local como um todo<sup>33</sup>.

---

<sup>28</sup> Em Barcelos, contatamos em agosto de 2005 representantes de nove grupos domésticos. Como explicado na introdução, tais trajetórias operam como contraponto às trajetórias dos ex-moradores que se destinaram para Novo Airão, que detalharemos no texto.

<sup>29</sup> O termo lugares ou lugares antropológicos também aparece na literatura, como em Augé (2003) e Certeau (1996). Embora os dois autores mencionados tenham diferentes acepções do termo.

<sup>30</sup> Fontes: vários relatos de entrevistados e um estudo anterior (BARRETTO F<sup>o</sup>, 2001).

<sup>31</sup> Exceto no caso de antigos sítios e áreas de uso que foram ocupados pelos empreendimentos de pesca desportiva e recreativa. Como o que se verificou com a comunidade São Lázaro, extinta em 2000, na região do alto rio Unini e do rio Preto, na REDES-Amanã.

<sup>32</sup> A trajetória dos ex-moradores que deixaram as unidades produtivas da cana-de-açúcar na Zona da Mata Pernambucana, no nordeste do Brasil, a partir da década de 1950, e se instalaram nos municípios da região, onde passaram a vender sua força de trabalho (SIGAUD, 1979).

<sup>33</sup> Um curioso indício da forte presença local das trajetórias de ex-moradores de UCs no município é a existência do *Festival do Peixe-Boi*, durante o qual os festeiros dividem-se em dois grupos: o de Anavilhanas e o do Jaú (cf. BARRETTO FILHO, 2001; CREADO, 2006).

Assim, detalharemos alguns desses elementos e categorias. Um deles é a já mencionada **dupla residência**, cuja eficácia simbólica encontra suporte nos casos de indivíduos que melhor conseguiram estabelecer-se econômica e financeiramente após a saída do parque e é reforçada pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Ela representa um modo de vida intermediário, capaz de conciliar algumas das características da situação atual, como as benesses da vida urbana<sup>34</sup>, com a situação pregressa, como a agricultura de pequena escala, de modo a compensar um pouco da experiência da perda (KIRSCH, 2001). Fazer essa conjugação é o objetivo da maioria dos que não a conseguiram ainda.

Um outro aspecto é a valorização de **uma identidade de agricultor**, acompanhada da estigmatização de práticas mais reprimidas legalmente, como a comercialização em pequena escala de recursos da fauna e de recursos madeireiros, que ainda existem na clandestinidade (SIGAUD, 1979; GOFFMAN, 1988; CREADO, 2005).

Com base na memória social dos entrevistados em Novo Airão e Barcelos, e também em estudos anteriores (LEONARDI, 1999; BARRETTO F °, 2001), sugerimos que isso não se verificava antes. A produção de borracha e a extração de látex eram as atividades preponderantes e a presença de comerciantes fluviais, os “regatões” (termo local), era freqüente, o que são fortes indícios de que a maior parte do tempo de trabalho destinava-se ao extrativismo e não a atividades agrícolas para o auto-consumo e/ou a venda em pequena escala. Além disso, os ex-moradores abordados em Barcelos, pela maior liberdade nas atividades agroextrativistas na atualidade, possuem uma abertura considerável para falar sobre tais práticas e não as estigmatizam tanto.

Outro elemento é a existência de **um discurso oficial em torno da data de saída dos rios Jaú e Carabinani no ano de 1985**. Ele deve ser compreendido em função do atual momento de mobilização dos ex-moradores estabelecidos no município de Novo Airão, preocupados com uma compensação financeira pelos impactos causados pelo parque. O ano de **1985** é utilizado como marco indenizatório pelo Plano de Manejo do PARNA-Jaú (FVA/IBAMA, 1998), por ser a data de efetivação do primeiro estudo fundiário do parque, o do ITERAM<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Tais como a escola para os filhos, o acesso aos serviços públicos de saúde e de previdência social e a “agitação” (termo local) da vida nas sedes municipais.

<sup>35</sup> Comunicação oral de José Heder Benatti, efetuada em novembro de 2005, em Montevideú, Uruguai, durante a VI RAM.

Assim, os ex-moradores começaram a orientar suas narrativas em função dela, temendo a exclusão do processo de regularização fundiária. A inadequação da data já foi demonstrada por nós em outras oportunidades (CREADO, 2005 e 2006), com base em relato de um ex-vigilante da base do IBDF-IBAMA, que exerceu suas funções como funcionário terceirizado na foz do rio Jaú durante a década de 1980<sup>36</sup>. Segundo ele, em 1981, no máximo seis meses após o decreto de criação, o flutuante do órgão gestor aportou na área.

Por fim, temos a representação **da vida no cativoiro**, já apontada em outro estudo sobre a migração na Amazônia oriental (VELHO, 1984). Segundo ela, muitos dos ex-moradores vislumbram que a ida para o município de Novo Airão ocorreu como uma fuga a algumas das proibições ou restrições nos usos de recursos naturais e/ou à vida tornada clandestina no parque. Assim, a saída e o estabelecimento no município foram muitas vezes associados à possibilidade de se ir atrás dos direitos e de se ter mais liberdade. Entretanto, o cativoiro acabou parcialmente atualizado no novo lugar, em função da existência de algumas dessas proibições ou restrições também operarem nele, juntamente com o fato de suas terras terem mais donos.

Ressaltamos que a *ideologia do ex-morador de UCs* retrata a experiência de uma perda sócio-ambiental causada pela migração e está associada à sua politização, anos após a criação do PARNA-Jaú. Constitui parte desse processo a formação, em 2002, de uma *Comissão de Moradores e Ex-Moradores do rio Jaú*, que contou com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Novo Airão (STRNA).

A atuação da comissão resultou em um levantamento do número de famílias de moradores remanescentes na parte central do parque e de ex-moradores da mesma área que se restabeleceram em Novo Airão, respectivamente: 42 e 65 famílias<sup>37</sup>. Resultou igualmente em uma Ação Civil Pública montada pelo Ministério Público Federal contra o IBAMA e o governo federal<sup>38</sup>, em 2004, que continha, dentre outras demandas, as demandas de

---

<sup>36</sup> Fonte: registro em diário de campo de entrevista realizada pela autora em dezembro de 2004.

<sup>37</sup> Fonte: Entrevista realizada pela autora em 09/12/2004, em Novo Airão, com ex-integrante da comissão. Registro em diário de campo.

<sup>38</sup> Processo número 2004.32.00.001762-9. A ação foi impetrada na 3a. vara da seção judiciária do Amazonas, na Justiça Federal.

regularização fundiária da parte central do parque e de uma indenização por danos morais, em função da ausência da regularização até hoje<sup>39</sup>.

Houve assim a produção de narrativa(s) política(s) em torno da experiência da perda, que possuem um caráter organizador e demarcador de fronteiras. Elas são ações narrativas atuantes nos relatos das histórias de vida dos moradores e ex-moradores da parte central do PARNA-Jaú, entrevistados em Novo Airão (SCOTT, 1999; KIRSCH, 2001; CERTEAU, 1994). A seguir, resumimos um pouco das abordagens e das características desses quase-sujeitos, quase-objetos (LATOURET, 2000):

**Tabela 6.** Número de grupos domésticos de ex-moradores localizados e abordados mais intensamente em Novo Airão, segundo rios de origem antes da mudança para o município e segundo a data estimada da saída definitiva dos rios:

Data estimada da saída	Rios de Origem			
	Jaú	Carabinani	Unini	Preto
1985-1989	2	0	0	2
1990-1994	4	1	1	1
1995-1999	3	0	1	0
2000-2004	4	0	2	1
Número de grupos domésticos entrevistados	13	1	4	4

**Fonte:** elaboração da autora a partir de viagem de campo, realizada em novembro e dezembro de 2004.

Na tabela, apontou-se o último rio de residência, pois há diversas trajetórias de migração não lineares e, freqüentemente, houve um período de transição antes da saída ser percebida pelos ex-moradores como definitiva, principalmente quando o retorno aos antigos “lugares” (termo local) representava uma possibilidade. Uma característica da migração também encontrada em estudo anterior (VELHO, 1984: 36).

Uma observação suplementar a ser feita sobre a tabela acima e o nosso material empírico é que os afluentes são vistos como estando “dentro” (termo local) de outros rios. Por exemplo, o Carabinani é referenciado como estando dentro do rio Jaú, pois deságua nele próximo à sua foz, e o rio Preto é visto como estando “dentro” do rio Unini (ABREU, 2000). Poder-se-ia, destarte, agregar os grupos domésticos originados do rio Preto aos do rio Unini, e os do rio Carabinani aos do rio Jaú, como o fez Pinheiro (2003). Não se procedeu dessa forma em função das características sócio-ambientais e históricas distintas dos processos que neles vêm ocorrendo (cf. CAMPOS, 2006; CREADO, 2006).

<sup>39</sup> Para maiores detalhes sobre a comissão e a Ação Civil Pública, consultar Creado (2005 e 2006) e Mendes e colaboradores (2006).

Ainda, como a saída pode ter momentos distintos, como quando, por exemplo, partes do grupo doméstico deslocam-se em períodos diferentes para o município, esse aspecto colaborou para uma certa indeterminação na data definitiva da saída em diversos relatos.

Gostaríamos de apresentar alguns exemplos de trajetórias de migração não-lineares, isto é, aquelas nas quais, antes de se chegar em Novo Airão, morou-se por algum período em outras localidades e/ou comunidades, dentro ou fora do PARNA-Jaú.

Apresentaremos quatro resumos de histórias de vida capazes de demonstrar a mobilidade entre diferentes rios do parque, e não dentro do mesmo rio<sup>40</sup>, ilustrativas das atividades sócio-econômicas que entraram em decadência na região, como a produção de borracha e a extração de látex, ou que foram alteradas de alguma forma pelo advento do PARNA-Jaú, como a pesca comercial e ornamental:

(1) Dona M, com mais ou menos cinquenta anos em 2004<sup>41</sup>, afirmou ter morado por trinta e três anos no rio Jaú, treze deles no rio Carabinani, rio para o qual fora depois de casada<sup>42</sup>. Após, mudou-se para a “boca” (termo local que significa foz) do rio Jaú, de onde teria saído em 1992. Antes de se fixar em Novo Airão, morou, ainda, no município de Nova Olinda.

Segue um pequeno trecho da entrevista, em que ela explicou sua saída, no qual se verifica a visão de cativo:

*“(...) Depois que foi o tempo que o IBAMA, que ainda era o IBDF, o IBAMA começou a querer a constranger a gente vim pra cá, aí nós terminamos. Eu disse: “tá bom da gente ir embora, quê que adianta? Porque depois a gente vai ficar aqui sendo escravizado do mesmo jeito, embora que a gente tem o que é da gente, mas nós vamos ser escravizados (...)”<sup>43</sup>.*

(2) Seu C, com cerca de 66 anos à época da entrevista, contou ter ido ao rio Unini várias vezes para trabalhar com barcos de pesca frigoríficos, cujos proprietários também eram moradores do rio Jaú. Contou que chegou no rio Jaú, solteiro, aos 16 anos. Inicialmente, trabalhou no igarapé do Macaquinho, depois, no rio Carabinani, no igarapé Preto. Nos dois rios, trabalhava com balata, sorva<sup>44</sup> e cipó.

---

<sup>40</sup> O que existe com considerável frequência, embora esse não seja o deslocamento que nos interessará no momento. Para uma análise sobre isso, ver Pinheiro (2003).

<sup>41</sup> Aproximação nossa com base em várias informações que ela forneceu sobre sua história de vida.

<sup>42</sup> Cruzando-se informações de seu relato, calcula-se que chegou ao rio Jaú aproximadamente em 1970. Entrevista gravada em 7/12/2004 pela autora, em Novo Airão.

<sup>43</sup> Entrevista gravada em 7/12/2004 pela autora, em Novo Airão.

<sup>44</sup> A balata e a sorva são látex, como a seringa.

Após o casamento, ele e a família moraram no rio Jaú, no mesmo lugar, por 22 anos. Ele calculou que a saída do rio Jaú, com a família, deu-se em 1985, no tempo em que chegou o IBDF. Depois, mudaram-se para o rio Atruirá, onde ficaram por sete anos, até a nova mudança para Novo Airão.

(3) Um ex-regatão e ex-dono de barco de pesca que residia na foz do rio Jaú e trabalhava no rio Unini contou-nos que, antes de residir no rio Jaú, morou em dois outros “lugares”, descendo o rio Negro a partir de Novo Airão<sup>45</sup>.

Residiu por treze anos no rio Jaú. Saiu em 1985 ou 1986. Neste período, foi “regatão” (termo local) no rio Unini durante doze anos, onde teria oitenta “colocações”<sup>46</sup>, todas no rio Paunini, afluente do Unini; vendia mercadorias para, pelo menos, sessenta fregueses dali.

Nasceu em Manaus. O pai era da Paraíba e mãe dele do rio Purus.

(4) Um ex-morador do rio Unini narrou ter saído do rio atrás de “recursos” (termos dele), por só possuir até o ensino fundamental e porque a cachoeira do rio secava e o deslocamento ficava difícil.

No rio Unini, morou na comunidade São Lázaro, na foz do rio Preto. Deixou-a em 1994. Disse ter um terreno “comprado” (termos dele) no rio Preto, que calculou não freqüentar há seis ou oito anos, por ter vendido o seu “motor” (termo local para designar barco motorizado).

Explicou que se casou duas vezes e resumiu suas andanças: (1) primeiro, morou no Castanhal, no seu sítio, com a primeira esposa por quatro anos; (2) depois, mudou-se para Novo Airão, em 1984, aproximadamente, onde queria montar um comércio, mas se separou e desistiu do empreendimento; (3) casou-se novamente, retornou para o Castanhal, onde ele e a família ficaram por dois anos, mudaram-se para a comunidade Lago das Pedras, no rio Unini, retornaram para o Castanhal e, enfim, mudaram-se para Novo Airão.

A mãe do nosso interlocutor, segundo ele, era natural do Ceará e o pai era da Paraíba, enquanto ele teria nascido no rio Unini.

#### **4. Os motivos das saídas dos rios Jaú e Carabinani, mais de vinte anos depois**

---

<sup>45</sup> Entrevista realizada pela autora em 13/12/2004, em Novo Airão. A entrevista foi registrada em diário de campo.

<sup>46</sup> Explicou que, em cada colocação, havia de oito a dez estradas de seringa, com quatro ou cinco homens trabalhando em cada uma, e que, dentro de um igarapé, existiam quatro colocações.

Os motivos alegados pelos ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani para a migração atribuída ao PARNA-Jaú podem ser divididos em pressões *diretas* e *indiretas* (SIGAUD, 1979).

O primeiro tipo referencia conflitos entre o órgão gestor do parque e moradores e episódios em que funcionários do IBDF-IBAMA jogaram fora “carnes-de-caça” (termo local), que estavam em panelas e que seriam para o auto-consumo. Esteve ligada fortemente, embora não unicamente, à atuação do órgão gestor do parque durante década de 1980. Apesar de muito freqüentes, raramente nossos interlocutores assumiam o envolvimento nesses eventos. Não pudemos levantar se isso se devia ao desejo de não se expor ou se conformava uma espécie de ideologia.

Já a *pressão indireta* diz respeito a determinadas proibições ou limitações a usos de recursos, como, por exemplo, determinações e/ou ações no sentido de disciplinar o uso de recursos pelos então moradores, como: (1) impedimentos a roçados novos; (2) impedimentos a atividades de pesca e de caça comerciais. Além de outras determinações, como: (1) proibição à entrada de comerciantes não residentes; (2) sujeição a atividades de fiscalização; (3) controle de entradas e saídas no parque; (4) proibição ao transporte de “mantimento” (termo local para carne) durante as viagens. A falta de infra-estrutura, como escolas e postos de saúde, também foi por nós enquadrada entre as pressões indiretas.

Abaixo, esboçamos uma quantificação dos principais motivos citados pelos ex-moradores que deixaram os rios Jaú e Carabinani para suas saídas do PARNA-Jaú:

**Tabela 7.** Motivos alegados como decisivos por ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani na escolha de migrar para Novo Airão:

Motivação	Número de citações por grupos domésticos	Observações
Pressão do IBDF/IBAMA	13	Incluimos a fala de um ex-regatão do rio Jaú, que deixou esse rio em 1985, quando se mudou para o rio Unini, ou seja, na tabela 16 apareceu incluído entre os ex-moradores do rio Unini.
Diminuição do número de regatões	6	
Falta de acesso à saúde/problemas de saúde	4	
Busca de melhor acesso aos estudos	1	
Número de grupos domésticos entrevistados	22	

**Fonte:** elaboração da autora a partir de viagem de campo, realizada em novembro-dezembro de 2004.

Separamos os motivos alegados pelos que saíram dos rios Jaú e Carabinani dos alegados pelos que saíram dos rios Unini e Preto. Assim, dentre os ex-moradores que foram encontrados em Novo Airão oriundos do limite norte do parque, encontramos interpretações mais diversificadas para o abandono dos antigos sítios:

**Tabela 8.** Motivos alegados como decisivos por ex-moradores dos rios Unini e Preto na escolha de migrar para Novo Airão:

Motivação	Número de citações por grupos domésticos	Observações
Falta de escola para os filhos	4	
Declínio de alguma atividade agroextrativista	1	
Diminuição de regatões	2	
Casamento	1	
Distância	1	Filha interpretando a decisão dos pais
Falta de comunicação	1	Filha interpretando a decisão dos pais
Falta de médico	1	Filha interpretando a decisão dos pais
Dificuldades de escoamento da produção	1	
<b>Número de grupos domésticos entrevistados</b>	<b>8</b>	

**Fonte:** elaboração da autora a partir de viagem de campo, realizada em novembro-dezembro de 2004.

Com a exceção de uma ex-moradora do rio Unini que deixou a comunidade Tapíra, os demais ex-moradores do rio Unini, em algum momento, residiam nas altas partes do rio Unini, nas proximidades ou dentro do rio Preto.

Convém então detalhar algumas das especificidades dessa região do rio Unini. Principalmente, as saídas pós-2000, mesmo que indiretamente, correlacionaram-se ao fim da comunidade São Lázaro, no ano de 2000, que segundo os relatos, em torno de 6 meses a um ano depois, foi transformada em uma pista de pouso construída para receber os turistas, clientes de um empreendimento dedicado a praticantes de pesca desportiva e recreativa. Destarte, neste caso, a chegada dos empreendimentos turísticos apareceu como um elemento de ruptura do uso da área e do acesso à mesma, passou a dificultar a realização de atividades agroextrativistas e o trânsito pelo rio.

### **5. Considerações finais**

Precisamos explicitar aqui nosso diálogo funcionários do IBAMA, que ingressaram após o concurso de 2002. Eles se defendem do conjunto de argumentações mais dramáticas da *Comissão de Moradores e Ex-Moradores do rio Jaú* que acusam o IBAMA até de usar ou ter usado metralhadoras em suas ações<sup>47</sup>. Conjunto argumentativo não restrito ao grupo de ex-moradores, em Novo Airão.

Se por um lado, os funcionários têm razão em apontar esse exagero e em observar que as atuações na área, desde 1980, não podem ser vistas em bloco, por outro, o teor da mobilização deve ser compreendido como uma ação narrativa histórica (SCOTT, 1999; CERTEAU, 1996), favorecida estruturalmente pela concentração de ex-moradores da parte central na sede municipal de Novo Airão, pelas dificuldades sofridas por muitos para se estabelecer nos padrões de vida citadinos e pela própria situação sócio-ambiental mais restritiva do baixo rio Negro.

A saída dos rios Jaú e Carabinani e o estabelecimento no município representaram e ainda representam uma série de eventos críticos geradores de mudanças bioculturais (DAS, 1999; KIRSCH, 2001; HARAWAY, 2003), não compensados satisfatoriamente pelos projetos locais voltados ao desenvolvimento sustentável atuantes no município.

Essa postura de *vitimização* foi observada por Kirsch (2001) para os indígenas das ilhas Marshall, no oceano Pacífico, removidos em decorrência da radioatividade derivada dos testes

---

<sup>47</sup> Em agosto de 2005, por exemplo, as metralhadoras apareceram em alguns relatos de situações conflituosas com o IBAMA, narradas por moradores e ex-moradores do rio Jaú, apesar do armamento não estar disponível aos policiais que acompanham o órgão em suas operações de fiscalização e monitoramento, conforme nos narrou um funcionário do órgão, em entrevista de 19/08/06, em Manaus, na sede do IBAMA, realizada por Simone Vieira de Campos e a autora.

nucleares norte-americanos das décadas de 1940 e 1950. Nesse estudo, os atingidos recorreram à arena jurídica, com a alegação de perdas culturais devidas ao reassentamento, trinta anos depois. Utilizaram alegações que problematizam as discussões sobre perdas culturais e direitos de propriedade indígenas, relevantes para os propósitos deste texto, como: (1) como reconhecer as mudanças sócio-culturais e ao mesmo tempo as perdas?; (2) como recompensar financeiramente aquilo que antes não tinha valor de mercado? (KIRSCH, 2001).

A urbanização faz parte de uma tendência generalizada, mas, como parte considerável dos ex-moradores do limite norte do parque que migraram para Novo Airão ou Barcelos não representava as saídas de seus antigos “lugares” (termo local) como definitivas - exceção seja feita aos que o fizeram em decorrência da atuação das operadoras de pesca esportiva e recreativa e/ou da extinção da comunidade São Lázaro -, é impossível não associar o êxodo continuado de moradores da parte central ao advento da UC (cf. BARRETTO F<sup>o</sup>, 2001).

Em relação às trajetórias consideradas, demonstramos que, em Novo Airão, parte de nossos quase-sujeitos estabeleceram alguma continuidade em relação à vida nos antigos rios, através da dupla moradia e, até mesmo, da continuidade de certas práticas que foram tornadas progressivamente ilícitas e receberam as marcas do estigma (GOFFMAN, 1988; SIGAUD, 1979). Observação válida para a geração que já era adulta à época da mudança.

Parte considerável não almeja o retorno aos seus antigos “lugares” (termo local), nem manifesta o desejo de voltar a viver em partes mais ao interior, apesar da idealização de diversas características da vida progressa. Como verificou Kirsch (2001)<sup>48</sup>.

Os ex-moradores do limite norte do parque - com a exceção mencionada acima - não interpretam a migração como algo definitivo, e, como verificado em pesquisa de campo, repetidamente, ela não é absoluta e/ou definitiva. Costuma haver um período de transição, e as áreas antigas de roçados e de extrativismo são freqüentadas sempre que possível. Tudo isso, associado à maior liberdade no uso de recursos naturais e no trânsito pelos rios em Barcelos, permite afirmar que, aqui, a mudança não representou uma experiência de ruptura tão intensa.

Em Novo Airão, há positividade, entretanto, no fato da migração ter culminado na instauração de uma linguagem dos direitos, com experiências promotoras de aprendizado sócio político (SIGAUD, 1979; FINGER, 1994, FERREIRA, 2004). De maneira que o fazer história aparece

---

<sup>48</sup> Fazemos uma exceção a um indivíduo que demonstrou interesse no retorno ao rio Jaú, para viver na comunidade Tambor, cuja auto-identificação como remanescente de quilombo foi efetuada pela Fundação Cultural Palmares, na Portaria número 11, publicada no Diário Oficial da União, em 07/06/2006.

como uma atitude reativa, plenamente justificável, dos moradores e ex-moradores do PARNAJÁ (AUGÉ, 2003; MENDES, *et al.* 2006).

Não podemos desprezar, entretanto, que as iniciativas voltadas à sustentabilidade trazem diversos condicionantes e expectativas normativas que recaem sobre os grupos contemplados, trazidos pelos que se crêem modernos (LATOURET, 2000). O grau de mudança social autorizado aos grupos contemplados existe, porém, desde que ocorra dentro de determinados limites.

A carga normativa emerge, por exemplo, quando aqueles que optaram migrar para sedes municipais, de modo definitivo ou não, são vistos como “tradicionalistas” desvirtuados<sup>49</sup> por terem, potencialmente, perdido, em suas mudanças e deslocamentos, alguns dos critérios valorizados e/ou associados à tradicionalidade: o fator tempo e os conhecimentos associados aos territórios e aos seus recursos naturais (FERREIRA, 1999; CAMPOS, 2006; CREADO, 2006; MENDES *et al.* 2006).

Isso ocorre, apesar da tradicionalidade associada à sustentabilidade ser, na verdade, uma neotradicionalidade, já que mesmo nos grupos mais tradicionais (ou tradicionalizados?) certas mudanças em suas naturezas-culturas far-se-iam necessárias para se readequar aos ideais de respeito às gerações futuras e de equidade social (CUNHA & ALMEIDA, 2000; LIMA & POZZOBON, 2003; HOGAN *et al.* 2000; CAMPOS, 2006a).

Entretanto, por melhores que sejam as intenções dos agentes e proponentes de um projeto de desenvolvimento sustentável, nem todos beneficiados, de fato ou em potencial, sentir-se-ão contemplados nesse processo, nem todos articular-se-ão à questão da conservação ambiental, sejam eles moradores e ex-moradores de UCs, sejam eles lideranças locais e indivíduos em geral que não competem com as políticas de conservação e manutenção da biodiversidade.

Pode-se refletir sobre a ansiedade dos ambientalistas que recai sobre determinados coletivos de natureza e cultura. Não seria então uma forma de domínio sobre outras naturezas-culturas? (LATOURET, 2000).

Talvez, a escolha da ênfase do ônus da conservação recaindo sobre *um outro* seja pela sua maior facilidade em se pensar através da oposição nós *versus* eles, ao invés de se apreciar o *si-*

---

<sup>49</sup> No Brasil, o tema da presença humana em UCs está fortemente associado aos direitos de grupos sociais categorizados como populações tradicionais que, freqüentemente, foram e/ou são afetados pelas políticas voltadas à conservação. Seriam, por exemplo, os quilombolas e os caiçaras. Ver, por exemplo, Vianna (1996), Diegues (1994) e Ferreira (1999).

*mesmo como um outro*, ou melhor, vários outros (AUGÉ, 1999; LATOUR, 2000; CREADO *et al.*, 2006). Exime-se, assim, de mudanças na vida cotidiana e no estilo de vida mais disseminado, movido por padrões extremamente consumistas, concentradores e insustentáveis ambientalmente.

Outro ponto relevante em nossa situação-problema a ser destacado é o papel que as ONGs e outros mediadores exercem nesse cenário, sobretudo as atuantes na região através de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável. Elas lidam com questões problemáticas em si mesmas: questões inerentes ao problema da representação dos chamados interesses difusos e da inserção delas em encontros institucionais, como as parcerias com setores do Estado. Encontros nos quais, freqüentemente, suas ações são identificadas com as governamentais, como, por exemplo, a identificação da FVA com o IBAMA (DAGNINO, 2002; TEIXEIRA, 2002). Como se não bastasse, muitos desses mediadores acabam por agir como se os grupos com que atuam fossem hipossuficientes, os quais, por sua vez, freqüentemente requerem a tutela estatal (LOBÃO, 2006).

Para finalizar, reproduziremos um trecho de um artigo que analisou a questão da sustentabilidade no Vale do Ribeira, situado no estado de São Paulo, por resumir, na nossa opinião, alguns dos dilemas a serem enfrentados na busca pela sustentabilidade em regiões que com UCs mais restritivas:

*“(...) Ao criar as unidades de preservação, a sociedade definiu a vocação econômico-ecológica da região. Mas definiu-a por exclusão, sem contemplar as necessidades e aspirações da população da região. Da perspectiva do desenvolvimento sustentável, a preservação do patrimônio natural precisa ser promovida simultaneamente com a promoção do bem-estar das populações que hoje habitam a região. Urge uma postura pró-ativa, criando empregos na região, **versus** uma postura de negação combinada com uma atitude de **laissez-faire**, traduzida como uma política implícita de emigração da população local. A posição ambientalista tradicional pode ser caracterizada por essa segunda opção, e é equivocada tanto pela injustiça social inerente a ela, quanto pela base precária para a preservação. A decisão da sociedade de preservar requer outra decisão de como integrar os dois valores em questão” (HOGAN *et al.*, 2000: 407-408; ênfases no original).*

## 6. Bibliografia

- Ação Civil Pública (ACP). *Processo número 2004.32.00.001762-9*. Protocolado na Justiça Federal da 3ª. vara da seção judiciária do Amazonas, na primeira instância, no dia 29/03/2004.
- ABREU, M. J. P. *Modos de vida, gênero e meio ambiente no Parque Nacional do Jaú/AM*. 2000. Dissertação - Centro de Filosofia de Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis.
- ADRIÃO, D. G. S. *O processo de identificação étnica: a recriação da identidade indígena de Barcelos/AM*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas.
- AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003 [1994]. 112p.
- AUGÉ, M. *O sentido dos outros: atualidade da antropologia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- BARRETTO F °, H. T. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.
- BARROW, C. Environmentally appropriate, sustainable small-farm strategies for Amazônia. In: GOODMAN, D; HALL, A. *The futures of Amazônia: destruction or sustainable development?* New York: St. Martin's, 1990 *apud* BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-64.
- BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 1990. 112p.
- BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-64.
- BECKER, H. S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: ed. Hucitec, 1999 [1994].
- BORGES, S. H.; IWANAGA, S.; DURIGAN, C. C.; PINHEIRO, M. R. *Janelas para a biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia*. Manaus: FVA, 2004.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRECHIN, S. R.; WEST, P. C.; HARMON, D.; KUTAY, K. Resident peoples and protected areas: a framework for inquiry. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 5-28.

BRITO, M. C. W. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

BUNTING, B. W.; SHERPA, M. N.; WRIGHT, M. Annapurna conservation area: Nepal's new approach to protected area management. In: WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 160-172.

CAMPOS, S. V. Conflitos envolvendo o uso de recursos naturais no Parque Nacional do Jaú: o caso do Acordo de Pesca no rio Unini. In: ANPOCS, XXVIII, 2004, Caxambu, MG. 9p.

CAMPOS, S. V. Jaú em jogos: mudanças sociais e conservação ambiental no Parque Nacional do Jaú. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH, UNICAMP, Campinas.

CAMPOS, S. V. Uso de recursos naturais por ribeirinhos do Parque Nacional do Jaú: relato da adoção de práticas intencionalmente conservacionistas. In: Reunião da ABA, XXV, 2006a, Goiânia, GO.

CERQUEIRA F<sup>o</sup>, G.; NEDER, G. *Emoção e Política: (A)Ventura e imaginação sociológica para o século XIX*. Porto Alegre: Ed. Sérgio Antonio Fabris, 1997.

CERTEAU, M. Terceira parte: práticas de espaço. In: CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, p. 169-217.

CREADO, E. S. J. Rio Unini: a transformação de um rio em um não-lugar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, IV, 2004, Curitiba. *Anais*: Vol. 1 – Trabalhos Técnicos. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. p. 436-445.

CREADO, E. S. J. Congruências e divergências entre normas: contexto local e jurídico envolvendo um grupo de ex-moradores do PARNA-Jaú/AM. In: REUNIÓN DE

ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR (RAM): "Identidad, Fragmentación y Diversidad", VI, Montevideu, Uruguai, 2005.

CREADO, E. S. J. *Entre lugares e não-lugares: restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM)*. (Tese de doutorado). Programa de Doutorado em Ciências Sociais/IFCH, UNICAMP, Campinas, agosto de 2006, 305p.

CREADO, E. S. J.; MENDES, A. B. V.; FERREIRA, L. C. Entre 'tradicionais' e 'modernos': negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25<sup>a</sup>., 2006, Goiânia, GO, Brasil.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. de. Indigenous people, traditional people, and conservation in Amazon. *Daedalus*, v. 129, n. 2, p. 315-338, Spring 2000.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002. p. 279-301.

DAS, V. *Critical Events: An anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1999.

DIEGUES, A. C. S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Edusp/NUPAUB, 1994.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: conflitos em torno de áreas protegidas no Brasil. Campinas: FAPESP/FAEP, dez. de 2002. 61p. Relatório.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 47-66, jan. a jun. 2004.

FERREIRA, L. C.; CAMPOS, S. V.; CREADO, E. S. J.; MENDES, A. B. V.; CAROPRESO, C. Human dimensions of *in situ* conservation of biodiversity: uses and conflicts in areas of strict protection and sustainable use in the Brazilian Amazon. (Aprovado para apresentação no ISA WORLD CONGRESS, Durban). 2006. Mimeografado.

FERREIRA, L. C.; CAMPOS, S. V.; CREADO, E. S. J.; MENDES, A. B. V.; CAROPRESO, C. Encontro das Águas: Dinâmicas Sociais e Biodiversidade na Amazônia Brasileira. *Revista Teoria & Pesquisa*. São Carlos: UFSCar. No prelo.

FVA. *Fundação Vitória Amazônica, 10 anos: relatório conceitual*. Manaus: 1999. Mimeografado.

FVA/AANA/WWF. Projeto Fibrarte. Artesanato em fibras vegetais: uma atividade econômica e ecologicamente responsável. Manaus, Novo Airão, AM: Folder (folder maior), s/d.

FVA/AANA/WWF. Projeto Fibrarte. Artesanato em fibras vegetais: uma atividade econômica e ecologicamente responsável. Manaus, Novo Airão, AM: Folder (folder menor), s/d.

FVA/IBAMA. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica/IBAMA, maio de 1998. 258p. (Versão 8).

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1988 [1963]. 158p.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129.

HARAWAY, D. *The companion species manifesto*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HOMMA, A. *A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia*. 1989. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Viçosa *apud* BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-64.

KIRSCH, S. Lost worlds: environmental disaster, 'culture loss', and the law. *Current Anthropology*, v. 2, n. 2, p. 167-178, April 2001.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000 [1994].

LEONARDI, V. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: Reunião Brasileira de Antropologia, XII, 2003, Brasília, DF.

MENDES, A. B. V.; CREADO, E. S. J.; CAMPOS, S. V.; FERREIRA, L. C. Processos Decisórios Envolvendo Populações que Residem no Parque Nacional do Jaú (AM). In: ENCONTRO DA ANPPAS, III, 2006, Brasília, DF.

GEIST, H. J. & LAMBIN, E. C. Proximate causes and underlying driving forces of tropical deforestation. *BioScience*, 52(2), p. 143-150, 2001 *apud* SYDENSTRICKER-NETO, J. Population and Environment in Amazônia: from just the numbers to what really counts. IN:

HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (ed.). *Population and Environment in Brazil: Rio + 10*. Campinas: CNPD/ABED/NEPO, 2002.

HOGAN, D. J. Mobility and Environment. In: HOGAN, Daniel Joseph (org.). *Population Change in Brazil: contemporary perspectives*. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2001. p. 213-223.

HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; ALVES, H. P. F.; RODRIGUES, I. A. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. In: HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R.; CARMO, R. L. *Migração e Ambiente em SP: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2000. p. 385-410.

KAYMOWITZ, D. & ANGELSEN, A. *Economic models of tropical deforestation: a review*. Bogor, Indonesia: CIFOR, 1999 *apud* SYDENSTRICKER-NETO, J. Population and Environment in Amazônia: from just the numbers to what really counts. In: HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (ed.). *Population and Environment in Brazil: Rio + 10*. Campinas: CNPD/ABED/NEPO, 2002. p. 55-75.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.

LOBÃO, R. Reservas extrativistas: de política pública à política de ressentimento? In: Reunião da ABA, XXV, 2006, Goiânia, GO.

MORAN, E. *Through Amazonian Eyes: the human ecology of amazonian populations*. Iowa city: University of Iowa Press, 1993.

PINHEIRO, M. R. Dinâmica populacional e mapeamento participativo do uso dos recursos naturais por moradores do Parque Nacional do Jaú/AM. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – PROCAM, USP, São Paulo.

REID, D. *Sustainable development: an introductory guide*. London: Earthscan, 1995.

RODRIGUES, A.; TOMMASINO, H.; FOLADORI, G.; GREGORCZUK, A. É correto pensar a sustentabilidade a nível local? Uma análise metodológica a partir do estudo de caso em uma área de proteção ambiental no litoral sul do Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. V e VI, p. 109-146, ago/dez de 2002, jan/jul de 2003.

SACHS, I. *Que pouvons nous faire pour enrayer la destruction des forêts tropicales?* 1989. Mimeografado *apud* BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento

sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Bertha K; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-64.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: ISA, 2005.

SANTOS, M. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SYDENSTRICKER-NETO, J. Population and Environment in Amazônia: from just the numbers to what really counts. IN: HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (ed.). *Population and Environment in Brazil: Rio + 10*. CNPD/ABED/NEPO: Campinas, 2002. p. 55-75.

TEIXEIRA, A. C. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TERBORGH, J.; van SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação nos trópicos*. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

VELHO, O. Por que se migra na Amazônia. In: *Revista Ciência Hoje*, v. 2, n. 10, p. 34-39, jan./fev. de 1984.

VIANNA, L. P. Considerações críticas sobre a construção da idéia de “população tradicional” no contexto das unidades de conservação. 1996. Dissertação (Mestrado em antropologia) – FFLCH, USP, São Paulo.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecotourism: impacts, potentials and possibilities*. Oxford: Reed Educational and Professional Publishing, 1999.

WEST, P. C. Introduction. In: WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. (eds.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. xv-xxiv.

WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. National parks, protected areas, and resident peoples: a comparative assessment and integration. In: WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 363-400.

WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991.